

# Criação de emprego não reduz necessariamente a pobreza

Afirma Yasfir Ibraimo, Economista e Investigador do IESE, no seu artigo que analisa o segundo objectivo geral do PARP, relativo à promoção de emprego, e que estabelece uma ligação directa entre a promoção massiva de emprego e a redução da pobreza. Este artigo é parte integrante do livro “DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2012<sup>1</sup>” que será lançado na III Conferência Internacional do IESE, a ter lugar em Maputo a 4 e 5 de Setembro de 2012.

O argumento do PARP sobre o emprego, isto é o seu foco na criação de emprego e seus mecanismos (porquê gerar emprego e o que fazer para gerar emprego?), levanta algumas interrogações, nomeadamente: (i) será que a relação entre emprego e pobreza existe? (ii) Será que a relação entre emprego e redução de pobreza é linear? (iii) Será que os mecanismos de geração de emprego destacados no PARP, de facto, criam emprego? (iv) Será que estes mecanismos de criação de emprego são consistentes com a criação de um emprego produtivo e competitivo? (iv) Será que aquilo que o PARP diz que vai fazer para criar emprego é consistente com o objectivo de reduzir a pobreza?

Segundo Yasfir Ibraimo, a ligação entre emprego e redução de pobreza existe, mas não é automático que seja uma ligação de redução ou de aumento da pobreza. A liberalização das condições de emprego que significa flexibilizar a Lei Laboral nas questões atinentes à contratação de mão-de-obra nacional e estrangeira qualificada, horas extraordinárias, salário mínimo, faltas justificadas e despedimentos, conforme advoga o PARP, não permite aumentar a produtividade das firmas e conseqüentemente não cria e nem expande o emprego. Com a liberalização das condições de emprego, a tendência vai ser a de impedir que o emprego reduza a pobreza, porque a competitividade do emprego tenderá a ser garantida por via da redução dos rendimentos reais dos trabalhadores.

Uma objecção ao argumento do PARP está relacionada com o auto-emprego e com os trabalhos temporários de baixo custo em obras públicas como um dos mecanismos de criação de emprego. De

---

<sup>1</sup> *Desafios para Moçambique 2012*, terceiro desta série, tem por objectivo tornar o debate nacional sobre opções e políticas de desenvolvimento tão abrangente, inclusivo, pluralista, multidisciplinar, heterodoxo, inovador e útil quanto o possível, pois, segundo o IESE, tal é uma das responsabilidades fundamentais dos intelectuais e investigadores na luta pela conquista, construção e exercício da cidadania em Moçambique

facto, o auto-emprego não pode ser visto como substituto do emprego formal assalariado, o sector informal depende do sector formal para poder existir e se expandir. Uma crise no sector formal, ou seja, no trabalho assalariado, não permite expandir as actividades geradoras de rendimento de natureza informal. Portanto, a existência de um emprego, com um salário minimamente seguro, torna-se importante, pois permite que as famílias possam acumular para posteriormente investir na diversificação das suas fontes de rendimento. A criação de emprego numa economia não é uma questão isolada do contexto produtivo.

**Para Ibraimo, o emprego em si, pouco diz sobre a melhoria do padrão de vida das pessoas, e evidências empíricas têm demonstrado que existem pessoas que mesmo estando empregadas vivem abaixo da linha da pobreza.**

Na sua análise, o autor destaca alguns desafios para uma abordagem alternativa à abordagem do PARP sobre o emprego e a pobreza:

Primeiro, a ligação entre o emprego e a redução da pobreza não pode ser vista de forma simplista, automática e como um dado adquirido. Porque a ligação entre emprego e redução de pobreza não depende apenas do emprego, mas de factores como a estrutura produtiva da economia, as condições de trabalho e a produtividade das firmas.

Segundo, a criação de emprego não pode ser vista como uma meta meramente quantitativa e isolada do resto da economia. Porque, não é o emprego, em si, que reduz a pobreza. O crescimento do emprego deve ser acompanhado não apenas pelo aumento da produtividade, mas também com o crescimento dos ganhos do trabalho, caso contrário, o crescimento do emprego pode levar ao crescimento do número de trabalhadores pobres.

Terceiro, a liberalização das condições de emprego não pode ser vista como uma estratégia sustentável de geração de emprego. O PARP destaca a liberalização das condições de trabalho como um estímulo à competitividade das empresas e à criação de emprego. Isto reduz o poder negocial dos trabalhadores e não é um caminho para reduzir a pobreza e nem para tornar uma economia competitiva. É um caminho para tornar uma economia que depende de uma força de trabalho não qualificada. É necessário aumentar a produtividade do trabalho, apostando na formação e qualificação da mão-de-obra e na organização da produção.